

Sociedade Portuguesa de Educação Física: Presença e Projecto

Francisco Sobral *

Ao inscrever a formação de professores entre as linhas prioritárias do seu programa, a Direcção da SPEF teve em conta as transformações estruturais, conjunturais e mesmo circunstanciais que, de formas diversas, implicam os professores de Educação Física nos vários espaços da sua intervenção profissional.

Transformações estruturais, desde logo, as que decorrem de uma ampla produção legislativa, conferindo ao exercício profissional um enquadramento orgânico e jurídico levado a limites impensáveis ainda há poucos anos.

Temos, cada um de nós, o direito de apreciar os fundamentos doutrinários e as soluções estipuladas à luz das nossas próprias convicções. Doravante, porém, os nossos acordos e as nossas discordâncias não estarão confinados ao terreno da retórica. Têm referências concretas nos diplomas legais que regulamentam a educação, a educação física e o desporto. Ao assumir compromissos em letra de lei, o Estado contrai obrigações cuja realização a sociedade civil deverá vigiar e impôr.

No nosso domínio profissional não temos ainda, é certo, as condições a que justamente aspiramos. O que somos é, todos, agora, muito mais responsáveis por elas.

Toda a nossa perspectiva passou a ser determinada por dois documentos fundamentais: a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei de Bases do Sistema Desportivo. Não cremos existir no país nenhum outro grupo profissional a quem tenha sido atribuído um tamanho privilégio: o de proceder, em extensão e em profundidade, ao reexame do signifi-

* Presidente da SPEF.

Boletim SPEF, n.º 1 Primavera de 1991, pp. 5-7.

cado, das condições e do alcance real do exercício da sua profissão. O problema da formação (inicial, após-graduada e contínua) adquire, neste contexto, uma importância indiscutível.

Perfilam-se também argumentos de conjuntura que relevam da nossa integração europeia. Portugal tem um arrastado período de formação de professores de Educação Física (5 anos contra 4 nos restantes países da Comunidade). Em contrapartida, a formação inicial não contempla novas áreas de intervenção, pelo menos com a necessária expressão e consistência, apesar de serem cada vez mais os professores de Educação Física que exercem novas competências em entidades públicas e privadas, em regime de precária regulamentação.

Os programas de formação precisam de ser harmonizados com as tendências e as práticas prevalentes nos países comunitários. O espaço único europeu não será apenas um desafio real para outros sectores de actividade, para outras profissões. Até onde estaremos nós apetrechados para enfrentar uma concorrência aberta, eis a questão que se nos impõe numa Europa onde o número de professores de Educação Física é já excedentário em alguns países. Na Bélgica, por exemplo, em 1984, os licenciados em Educação Física no desemprego representavam 69,2 % daqueles que tinham concluído o curso nos três anos anteriores. A tendência ter-se-á entretanto consolidado.

A situação portuguesa é, por enquanto, substancialmente diversa, mas importa ir considerando a nossa capacidade de absorver aqueles excedentes na Europa da livre circulação dos trabalhadores. Todas as áreas da nossa intervenção profissional são igualmente vulneráveis. A diversidade linguística não pode, à luz do direito comunitário, constituir impedimento definitivo para o acesso a funções docentes no ensino público de qualquer país membro. Esta questão, geradora de alguns equívocos, foi objecto de especial tratamento no I Fórum de Presidentes de Sociedades Europeias de Educação Física que se realizou recentemente em Bruxelas.

Transformações conjunturais também, aquelas que relevam de novas atitudes e disposições relativas à função docente, à carreira de professor e ao interesse que as universidades manifestam para acolher a Educação Física e as Ciências do Desporto entre os seus programas de licenciatura.

Três lustros decorridos sobre a consagração universitária da formação em Educação Física, num processo que teve os seus incidentes e arriscou alguns retrocessos, a situação é, neste momento, *explosiva*, nas diversas acepções da palavra. Foi, depois de Lisboa e Porto, Vila Real. Seguiu-se-lhe a Madeira. Coimbra já consagrou, em Senado, a criação da sua faculdade. A Universidade dos Açores vai a caminho. A Universidade da Beira Interior já manifestou a intenção de, a médio prazo, alargar à Educação Física a sua oferta de estudos. As Escolas Superiores de Educação vieram ampliar significativamente a base de formação e os problemas decorrentes de concepções, programas e vocações heterogé-

neas. Aprestam-se já as universidades privadas para engrossar este caudal. O país parece ter, nesta matéria, mais fôlego do que oxigénio.

Ao lado de discutirmos benefícios e malefícios desta proliferação inusitada, o mais importante é cuidarmos de antecipar as suas consequências para a qualidade e a coerência da formação.

Mais faculdades e departamentos não são um mal em si mesmos, desde que bem dimensionados e integrados nas respectivas universidades, aproveitando recursos já disponíveis e participando com o seu cunho específico em estratégias de desenvolvimento regional. Contudo, proceder por um mero efeito de moda pode trazer consequências perversas para a imagem e credibilidade públicas da profissão.

Os professores de Educação Física e as suas organizações de classe não podem eximir-se à vigilância crítica sobre um sistema de formação que, sendo cada vez mais amplo, arrisca ser também cada vez mais complexo e contraditório. A formação de professores não é assunto exclusivo das instituições formadoras, não pode ser deixado ao arbítrio das universidades. Por outro lado, o estatuto da carreira docente vem aí com novos desafios em termos de inovação e flexibilização de iniciativas. A formação inicial e a formação complementar adquirem, nestas circunstâncias, um papel decisivo na criação de novas competências e no reforço de uma cultura da profissão.

Cultura da profissão — e quão necessário é retomar este conceito e promovê-lo à dimensão de um projecto. Numa altura em que o alargamento do campo científico veio introduzir factores de crise na delimitação conceptual e funcional da disciplina, é do próprio campo profissional (da sua componente académica, é certo) que se erguem as forças da dissolução. A coberto de um discurso rebuscado e fantasista, fazendo apelo a terminologias importadas e mal assimiladas, a Educação Física sofre um assédio que levará, inexoravelmente, à sua desqualificação pedagógica e à perda de identidade disciplinar se esta tendência não for sustida.

Sê-lo-á, estamos persuadidos, pela vertente cultural; pelo debate sério das implicações científicas e doutrinárias que emergem num quadro de mudança; pela mobilização de todos os profissionais na defesa e consolidação daquela identidade. Somos um percurso de 50 anos que não nos envergonha nem nos seniliza. Temos a maturidade profissional bastante para não nos deixarmos iludir com os trejeitos de um modernismo pos-tiço.

A SPEF não tem uma receita para este combate. O seu projecto é reunir os profissionais num grande esforço de reflexão comum, retomar princípios, promover um discurso que nos represente e nos galvanize. Percursos e discursos da formação é, por isso, muito mais do que um título feliz para um primeiro encontro — é o balanço necessário em vésperas de desafiar o futuro pelos nossos próprios passos, com as nossas próprias mãos.